

*O diálogo ecumênico após o Concílio Vaticano II: Perspectiva evangélica –  
Uma leitura a partir da Carta Encíclica Ut Unum Sint Sobre o Empenho Ecumênico,  
do Santo Padre João Paulo II*

Prof. Dr. Pr. Rui Luis Rodrigues<sup>1</sup>

## **Introdução**

Agradeço aos organizadores do Congresso Mariológico o bondoso convite para, uma vez mais, estar com vocês nesta oportunidade. Minha alegria é ainda maior, como membro da tradição protestante, evangélico-reformada, por se tratar de um congresso cujo tema principal – a figura de Maria – esteve no centro de tantas de nossas incompreensões no passado. Minha presença aqui, portanto, e diante de tal temática, é sinal de que, após mais de cinquenta anos de um diálogo ecumênico sensivelmente aprofundado, essas incompreensões diminuíram bastante. Mais do que isso, é possível afirmar que, da parte de muitos de nós evangélicos, Maria passou a receber um novo olhar. Se isso aconteceu, se a incompreensão e as recusas mútuas foram substituídas, ainda que lentamente, pelo desejo de aprender com o outro e de enriquecer-se com as riquezas que o outro possui, eis aí uma razão importante para refletirmos sobre nosso empenho ecumênico e sobre a necessidade de aprofundá-lo.

O tema que me foi proposto é o do esforço ecumênico e de seus avanços, a partir da perspectiva evangélico-reformada. Minhas observações, obviamente, não terão qualquer peso “oficial”, mas serão as impressões de um estudioso e, simultaneamente, de alguém envolvido em nível pessoal e institucional com esse esforço.

Em termos pessoais, sinto-me profundamente ligado às dinâmicas do diálogo ecumênico e a todo esse ambiente – o ambiente pós-Vaticano II – que permitiu o florescimento desse diálogo. Nasci, como a maioria absoluta dos brasileiros, em

---

<sup>1</sup> Professor de Teologia Dogmática, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, membro do Presbitério da Comunidade Carisma (de tradição evangélica) em Osasco/SP.

família católico-romana; aos doze anos tornei-me presbiteriano, mas retornoi depois ao catolicismo, fascinado pela liturgia e, especialmente, pela compreensão católica da Eucaristia. Os caminhos da vida me levaram, novamente, para o seio das comunidades protestantes, onde fui ordenado ao sagrado ministério em 1994. Posteriormente, dediquei-me exclusivamente ao magistério teológico e, de 2003 para cá, também ao trabalho como historiador. Nos últimos dez anos, de forma mais efetiva, tive a alegria de ser introduzido no esforço ecumênico e, nele, de travar conhecimento com irmãos preciosos que me ensinaram a compreender melhor as perspectivas da fé católica.

Em termos institucionais, represento minha comunidade numa plataforma de diálogo entre católicos e evangélicos de linha pentecostal-carismática. Essa plataforma, chamada Encristus (Encontro de Cristãos em Busca de Unidade e Santidade), existe desde 2007 e tem realizado esforços importantes no sentido de aproximar do diálogo ecumênico um grupo que, em sua maioria, permaneceu afastado desse esforço: os evangélicos de linha pentecostal clássica e aqueles oriundos dos movimentos de renovação carismática ocorridos no seio das Igrejas protestantes históricas. Maiores informações sobre o Encristus, bem como acesso aos nossos principais documentos, podem ser obtidos no sítio dessa plataforma, [www.encristus.com.br](http://www.encristus.com.br).

É, portanto, na condição de participante comprometido com o diálogo ecumênico que me dirijo a vocês nesta tarde. Em termos metodológicos, minha fala se prenderá a uma análise de um dos mais recentes e importantes documentos da Igreja Católica sobre o diálogo ecumênico: a Carta Encíclica *Ut Unum Sint* sobre o Empenho Ecumênico, dada em 25 de maio de 1995 pelo saudoso pontífice, João Paulo II. Não pretendo fazer um exame completo desse documento – que merece, aliás, contínuas e reflexivas leituras – mas procurarei apenas destacar alguns aspectos que me parecem mais relevantes, a partir de uma perspectiva evangélico-reformada. No final do exame, procurarei sublinhar como o esforço ecumênico pode se fortalecer e se nutrir justamente num campo que muitos considerariam “minado”, tendo em vista as controvérsias do passado: o campo das devoções marianas.

## Um caminho sem volta

É significativo notar que o Santo Padre, nesse breve mas belo documento, sublinha várias vezes o caráter irrevogável da aproximação ecumênica. Trata-se, efetivamente, de um caminho sem volta. “Com o Concílio Vaticano II”, escreve o papa no número 3 da *Ut Unum Sint*, “a Igreja Católica empenhou-se, *de modo irreversível*, a percorrer o caminho da busca ecumênica, colocando-se assim à escuta do Espírito do Senhor, que ensina a ler com atenção os ‘sinais dos tempos’” (grifo do papa). Tais palavras não poderiam ser mais oportunas, sobretudo se recordarmos que a Carta Encíclica leva em consideração, o tempo todo, a aproximação do Terceiro Milênio. Na Exortação final (número 100) o papa recorda a Carta Apostólica *Tertio Millenio Adveniente*, onde afirmara que a melhor maneira de se preparar para o novo milênio era pelo empenho na aplicação das diretrizes do Vaticano II (*Tertio Millenio Adveniente*, número 20); e o Vaticano II dera prioridade à “obra de restauração da unidade dos cristãos, nesta nossa época de graça ecumênica”. Em consequência, escreve o papa, “pareceu-me necessário corroborar as convicções fundamentais que o Concílio esculpiu na consciência da Igreja Católica, recordando-as à luz dos progressos entretanto realizados para a plena comunhão de todos os batizados” (número 100). Essa frase resume magistralmente a *Ut Unum Sint*.

Num contexto pluralista, não existe qualquer outro caminho para a afirmação da verdade senão aquele que reconhece sua força implícita; não há mais apoios humanos dos quais a Igreja possa depender, como o papa reconhece no número 3. Toda esperança de retorno à unidade repousa, assim, sobre a atitude de diálogo; daí sua importância decisiva.

Sendo “caminho sem volta”, o diálogo apresenta-se para a Igreja Católica, de acordo com o documento, como algo verdadeiramente normativo. O número 8 da *Ut Unum Sint* retoma o Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*, do Concílio Vaticano II, que em seu número 4 afirmara: “Este sagrado Concílio exorta todos os fiéis a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem do trabalho ecumênico”, tendo em vista que a unidade, pela qual Jesus orou em João 17:21, “não é um elemento acessório, mas situa-se no centro mesmo da sua [de Cristo] obra” (número 9). A amplitude dessa obrigação de trabalhar pela unidade fora colocada já no número 6 como algo a ser exigido de todo batizado: “Como é possível permanecer

divididos, se, pelo batismo, fomos ‘imersos’ na morte do Senhor, ou seja, naquele mesmo ato pelo qual Deus, através do seu Filho, abateu os muros da divisão?” O ecumenismo, diz-nos o papa no número 20, “não é só uma espécie de ‘apêndice’, que se vem juntar à atividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e ação” (grifos do papa). A busca pela unidade dos cristãos deve permear, portanto, todo o corpo eclesial, a começar pelo episcopado (cf. número 81, que recorda o papel fundamental dos bispos no acompanhamento dos esforços ecumênicos e na divulgação de seus resultados, e 101, onde a exortação urgente do pontífice se dirige em primeiro lugar a seus irmãos no episcopado), atingindo todas as instâncias do clero e do laicato.

Para alguém dotado de consciência ecumênica, as ênfases do pontífice têm o efeito curativo de um bálsamo. Todavia, preocupa ver que o clero católico ainda se desincumbe muito desigualmente dessa função; nem todos têm diante de si a responsabilidade de participar desse esforço e, em consequência, largas parcelas do laicato católico permanecem no desconhecimento das importantes iniciativas e do andamento dos diálogos (cujos resultados muitos julgariam surpreendentes, se fossem informados deles). Como muita catequese passa por alto as diretrizes dadas nesse sentido pelo Concílio, têm-se gerado, em algumas situações, fiéis católicos que, em relação aos evangélicos, parecem reproduzir atitudes de enfrentamento típicas do passado.

Como evangélico, cabe a mim reconhecer nossa parcela de culpa na produção desse clima, sobretudo por conta de décadas de proselitismo agressivo, que supunha os católicos na condição de “perdidos” e confundia com evangelização autêntica a tentativa de atraí-los para os redis protestantes. Hoje, cada vez mais, nós evangélicos acordamos para o fato de que os alvos de nossos esforço evangelizador são aqueles, tão numerosos, que vivem na ignorância de Deus. Há um número enorme de indivíduos que vivem literalmente “sem esperança e sem Deus no mundo” (Efésios 2:12), longe de todo tipo de comunhão eclesial efetiva; esses devem ser os alvos de nosso esforço evangelizador, esforço que pode ser comum, na medida em que minha comunidade não vê mais a paróquia católica como “rival”. E o que falar das estruturas, sociais, econômicas, políticas, que se encontram corrompidas pelo egoísmo atávico do ser humano e que precisam, também, do nosso testemunho profético?

Longe do antigo espírito de competição, precisamos nos ver como parceiros no esforço comum para permear nossa sociedade com a consciência cristã.

## Um movimento de conversão

Um chamado de tal envergadura não poderia se realizar mediante o simples reconhecimento intelectual de seu valor e importância. Mesmo no nível mais prático – aquele da consciência do entrave representado pelas divisões para o testemunho cristão no mundo – o comprometimento ecumênico é uma ordem que não se realiza fora de um envolvimento integral da pessoa. É por perceber isso que, com muita propriedade, o papa João Paulo II falou extensamente, no documento, da necessária *conversão* ao empenho ecumênico. O número 15 evoca, nesse sentido, as fortes palavras usadas pelo Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*: “Não existe verdadeiro ecumenismo sem conversão interior” (número 7).

Ora, o verdadeiro sinal da conversão é a superação de todo particularismo. Já Santo Agostinho via no “fechar-se em si mesmo” a raiz mesma do pecado; o homem escravizado pelo pecado é aquele que continuamente procura “agradar-se a si mesmo” (*sibi placere*), “viver de acordo consigo mesmo” (*secundum se uiuere*);<sup>2</sup> o Evangelho, ao nos chamar ao arrependimento, chama-nos para fora de nós mesmos, na direção de Deus e do próximo, mostrando-nos que somente nesse movimento básico encontraremos nossa verdadeira realidade pessoal. Por muito tempo nós, da tradição evangélico-reformada, encarecemos a conversão individual, sem atentarmos para o fato de que nós mesmos praticávamos um particularismo eclesial egoísta e pecaminoso que nos levou a multiplicarmos ao infinito nossas próprias divisões.

Esse tipo de atitude só se enfrenta de uma forma, segundo o Evangelho: com arrependimento. No âmbito católico, o arrependimento frente a essa atitude pode ser percebido em algumas declarações importantes que o papa faz ao longo do documento. Peço que vocês as ouçam do mesmo modo pelo qual eu as meditei: tendo em vista o que custaram em termos de arrependimento, de renúncia, de autodoação. “Para além dos limites da Comunidade Católica”, diz-nos o número 13, “não existe o vazio eclesial”. Nas outras Comunidades cristãs ocorreu que “certos aspectos do

---

<sup>2</sup> Agostinho, *De gen. ad litt.* XI, 15, 19-20; *De civ. Dei* XIV, 5, 13, 1; *Enarr. in Ps.* 131, 5-7.

mistério cristão foram, por vezes, mais eficazmente manifestados” (número 14). “Com o ecumenismo”, reza ainda o número 15, “a contemplação das ‘maravilhas de Deus’ (*mirabilia Dei*) enriqueceu-se de novos espaços onde o Deus Trino suscita a ação de graças: a percepção de que o Espírito age nas outras Comunidades cristãs, a descoberta de exemplos de santidade, a experiência das infindáveis riquezas da comunhão dos santos, o contato com aspectos surpreendentes do compromisso cristão”. O solo de *todas* as comunidades cristãs produziu mártires, lembra-nos o papa no número 83; e o número 84, ao falar da “comunhão dos santos, isto é, daqueles que, no termo de uma existência fiel à graça, estão na comunhão do Cristo glorioso”, afirma ousadamente: “Estes *santos* provêm de todas as Igrejas e Comunidades eclesiais, que lhes abriram a entrada na comunhão de salvação” (grifo do papa). Finalmente, não se poderia fazer, sobre os membros batizados de outras Igrejas e Comunidades cristãs, declaração mais abrangente e peremptória do que aquela presente no número 3 do Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*, que a *Ut Unum Sint* recupera em seu número 13: “Justificados no Batismo pela fé, são incorporados a Cristo, e, por isso, com direito se honram com o nome de cristãos e justamente são reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor”.

Gostaria de sublinhar o fato de que não se produzem tais declarações sem uma profunda conversão. Note-se que aqui nada lembra aquela noção (estereotipada) de ecumenismo como atitude política “inofensiva”, baseada na assunção de platitudes e de obviedades. Ao contrário, fazer tais afirmações significou, desde o Concílio Vaticano II, rever velhas atitudes, abrir mão de antigos preconceitos, renunciar aos rótulos do passado. Esse reconhecimento dos “valores eclesiais presentes nos outros cristãos”, que o papa recomenda a toda a Igreja Católica no número 10, só foi possível com o abandono da etiqueta “herege” que por tanto tempo foi apostila a protestantes e cristãos orientais. A mim, um pobre cristão imbuído de espírito ecumênico e, além disso, historiador especializado nos dilemas religiosos europeus do século XVI, tal expressão de humilde conversão enche de emoção e alegria.

No número 82, o papa insiste no fato de que a conversão dos indivíduos e uma contínua reforma da Igreja são “condições preliminares de todo o empenho ecumênico”. O número 16 já nos havia recordado que “a Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene. Como instituição humana e terrena, a Igreja

necessita perpetuamente desta reforma” (citando o Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*, número 6). Durante muito tempo nós, evangélicos, nos orgulhamos de nosso mote *Ecclesia reformata semper reformanda* (“Igreja reformada que deve sempre ser reformada”); talvez, efetivamente, nos tenhamos orgulhado mais do que reformado. Não podemos permanecer enrijecidos numa agenda fixada pelas controvérsias do século XVI; não podemos agir como se o debate teológico já não tivesse avançado significativamente e, nesse processo, removido boa parte das barreiras que nos dividiam. Nós, da tradição evangélico-reformada, precisamos nos perguntar, com sinceridade, se o que nos impede de darmos passos mais concretos na direção da plena reconciliação não é o egoísmo particularista, o desejo de fazermos as coisas à nossa própria moda e para nosso próprio gáudio.

Em grande medida, nossas divisões se deram por conta de contendas em torno de fórmulas, ou seja, de formas específicas de expressão. Depois de frisar no número 18, com propriedade, que a comunhão autêntica só pode acontecer em torno da Verdade, o papa nos lembra que “o elemento que decide a comunhão na verdade é o *significado da verdade*. A expressão da verdade pode ser multiforme” (número 19). Essa declaração corresponde ao alerta que o saudoso papa João XXIII fizera, na abertura do Concílio Vaticano II, ao incluir a forma de expor a doutrina entre os elementos que carecem de reforma contínua (ver número 18).<sup>3</sup> O número 36 insiste nesse ponto ao frisar que “o modo e o método de formular a doutrina católica não seja o obstáculo para o diálogo com os irmãos”, enquanto o número 81 volta a nos lembrar da necessidade de distinguir entre o depósito da fé e a formulação específica pela qual esse depósito é expresso. A insistência com que o documento retorna a esse ponto é significativa; aqui, efetivamente, encontra-se uma chave fundamental para o aprofundamento futuro do diálogo ecumênico. Chamados a viver o testemunho unido da fé cristã num mundo que, de fato, já deixou para trás tantos veículos cognitivos e filosóficos dos quais lançamos mão no passado para exprimir nossas compreensões da fé cristã, não podemos permitir que as antigas formas de colocação dos problemas continuem a impedir nosso avanço em direção a uma unidade cada vez mais plena e efetiva.

---

<sup>3</sup> João XXIII, Discurso de abertura do Concílio Ecumônico Vaticano II (11 de outubro de 1962), AAS 54 (1962), 792. Ver também o Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*, número 6.

Inegavelmente, no passado não foram apenas a arrogância e o egoísmo que nos levaram a construir as barreiras que nos dividiram. Também o fizemos movidos pelo que entendíamos ser o amor pela Verdade. Muitos evangélicos, confundidos por não pouca propaganda anti-ecumênica feita por setores fundamentalistas do protestantismo norte-americano, temiam e temem o ecumenismo porque foram ensinados a ver nele uma espécie de “concordismo” desfibrado, um reducionismo que construiria a unidade à custa do sacrifício doutrinário. Esses irmãos se alegrariam, sem dúvida, com a linguagem adotada pelo papa João Paulo II no número 36: “a plena comunhão”, escreve ele, “deverá realizar-se mediante a aceitação completa da verdade, na qual o Espírito Santo introduz os discípulos de Cristo. Há de ser, portanto, evitada absolutamente toda a forma de reducionismo ou de fácil ‘concordismo’. As questões sérias têm de ser resolvidas, porque, caso contrário, ressurgirão noutro momento, com idêntica configuração ou sob outra roupagem”. Isso é inegável. Mas a experiência tem mostrado – e o documento confirma isso no número 38 – que não raramente as divergências de forma encobriam “um idêntico conteúdo. (...) As polêmicas e as controvérsias intolerantes transformaram em afirmações incompatíveis aquilo que, de fato, era o resultado de dois olhares ocupados a perscrutar a mesma realidade, mas de dois ângulos distintos”. Daí porque é necessário, sobretudo, aprender a dirigir um novo olhar para tais divergências.

Para que os resultados do diálogo ecumênico se aprofundem, precisamos redescobrir a *diversidade* não como problema, mas como dádiva. A Igreja antiga conheceu bem o significado do termo *sygkatabasis* (“condescendência”). Era a consciência de que, diante da marcante pluralidade da vida da Igreja, alguma medida de diversidade em termos de doutrina e de prática é sempre necessária e inevitável. Lembremos aqui a enorme pluralidade existente nos dias do Novo Testamento, da qual a pesquisa exegética nos tem tornado cada vez mais cônscios; lembremos o respeito à pluralidade presente na Igreja do século II, respeito esse que santo Irineu aconselhou a Vítor, bispo de Roma, quando das controvérsias com os cristãos do Oriente sobre a data de celebração da Páscoa;<sup>4</sup> lembremos o apelo a uma atitude de “moderada condescendência” (“moderata *sygkatabasis*”) que, para o humanista Erasmo de Rotterdam, seria a única maneira de resolver os conflitos com os

---

<sup>4</sup> Eusébio, *História Eclesiástica*, V, 24, 14.

luteranos;<sup>5</sup> lembremos a consideração pela pluralidade que o humanista católico Damião de Góis aconselhava em 1540, ao defender a inclusão dos cristãos etíopes na comunhão da Igreja católica.<sup>6</sup> Essa mesma condescendência esteve na base da solução que permitiu a “união de Brest”, celebrada com os cristãos orientais da Lituânia em 1595-1596, pela qual eles foram recebidos na comunhão romana com a manutenção de suas particularidades litúrgicas e canônicas (inclusive o matrimônio do clero).<sup>7</sup> Consciente de que existe uma hierarquia de verdades, e de que nem tudo pode ser exigido de todos da mesma maneira, o papa expressou-se nos seguintes termos: “Este caminho para a unidade visível necessária e suficiente, na comunhão da única Igreja querida por Cristo, exige ainda um trabalho paciente e corajoso. Ao fazê-lo, é preciso não impor outras obrigações fora das indispensáveis” (número 78, fazendo referência ao Concílio de Jerusalém e sua decisão registrada em Atos 15:28).

## O primado da oração

O ponto fulcral da *Ut Unum Sint* está no reconhecimento de que, para o sucesso do esforço ecumênico, a oração é a realidade mais primordial. Não é difícil perceber a lógica interna do documento: se o diálogo ecumônico nasce de um movimento de conversão, a oração é, por sua vez, a própria atitude que origina e expressa essa conversão. Não é apenas verdade que nos convertemos para podermos orar; de fato, é orando que nos convertemos e continuamos a nos converter. Ao se constituir em saída de si próprio na direção de Deus, a oração é por definição o movimento que contraria e cancela o egoísmo atávico do ser humano. Ninguém ora a Deus sem, simultaneamente, se arrepender.

Daí porque a oração é chamada, no documento, de “alma” da renovação ecumênica (número 28). O exemplo que o papa João Paulo II coloca para os fiéis católicos é o da beata Maria Gabriela da Unidade, cuja vida fora dedicada à meditação e oração centradas no capítulo 17 do evangelho de são João, com vistas à unidade de todos os cristãos (número 27). O exemplo da Irmã Maria Gabriela é significativo e

<sup>5</sup> Erasmo, *De sarcienda Ecclesiae concordia*. Basileia: Officina Frobeniana, 1533, p. 110.

<sup>6</sup> Damião de Góis, *Fides, religio moresque Aethiopum*. Paris: Christianum Wechlum, 1541.

<sup>7</sup> Heinz Schilling, *Early modern European civilization and its political and cultural dynamism*. The Menahem Stern Jerusalem Lectures. Lebanon: University Press of New England, 2008, p. 9 e pp. 91-2 nota 17; Philip Jenkins, *The Lost History of Christianity*. Nova York: Harper Collins, 2008, p. 148.

edificante também para nós, evangélicos; afinal, se o cerne de toda vida de oração aparece, na vida dessa beata, como “oferta total e sem reservas da própria vida ao Pai, pelo Filho, no Espírito Santo” (assim se expressa o papa no número 27), concluímos que não é possível orar pela unidade sem nos comprometermos a pagar todo o preço necessário para sua realização.

Num sentido muito concreto, a oração nos encaminha assim para o *martírio*. No número 83, o papa invoca o fato de que em todas as comunidades cristãs têm havido mártires, como sinal inequívoco de que todas são capazes dessa conversão a Deus, são capazes de dar ouvidos à voz de Deus que nos encoraja a superarmos os obstáculos à unidade. “Se se pode morrer pela fé, isso demonstra que se pode alcançar a meta, quando se trata de outras formas da mesma exigência” (número 84). Morreremos pela fé e não morreremos para os nossos particularismos? Isso não é possível, porque quem dá a vida pelo testemunho de Cristo já cruzou o limiar que nos separa de todo egoísmo; os verdadeiros mártires, assim como os verdadeiros santos, são sempre ecumênicos em seu coração. Nesse sentido, me permito invocar, entre tantos outros nomes que poderiam ser lembrados, aquele do pastor luterano romeno Richard Wurmbrand, que foi confessor de Cristo nas prisões do totalitarismo stalinista e que ali prestou, simultaneamente, um belíssimo testemunho de ecumenismo efetivo.

A esta altura, peço licença para acrescentar um testemunho derivado do meu envolvimento direto com o diálogo ecumônico. A plataforma de diálogo Encristus (Encontro de Cristãos em Busca de Unidade e Santidade), à qual já me referi, nasceu com o propósito de viabilizar, no Brasil, uma experiência de “ecumenismo espiritual”, termo que, como se sabe, pertence ao Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio* (número 8). O objetivo tem sido o de aproximar católicos e evangélicos de tradições pentecostais e carismáticas, estes tradicionalmente refratários ao diálogo ecumônico; desde o início frisamos que nossa intenção não era entrar no debate doutrinário, que já é realizado com competência por outras instâncias do movimento ecumônico, mas disponibilizar espaços para que católicos e evangélicos pudessem se encontrar e orar juntos. Essa tem sido a tônica de nossos encontros anuais, começando em Lavrinhas (2008), depois Mariápolis (2009), Rio de Janeiro (2010), Pouso Alegre (2011) e Sorocaba (2012). Os resultados da convivência durante esses encontros, ao lado da profunda comunhão desenvolvida dentro da equipe de serviço que coordena

essa iniciativa, são difíceis de descrever. Talvez eu possa resumi-los dizendo que, por causa desses encontros e, sobretudo, por causa da prática da oração comum, nós nos descobrimos, evangélicos e católicos, como *irmãos*, não apenas em tese, mas da forma mais concreta e experimental possível. Como não considerar irmão aquele que, ao nosso lado, derrama juntamente conosco o coração diante do Senhor? Nossa prática prima por um profundo respeito para com as estruturas e convicções de cada Igreja; razão pela qual a cada encontro a celebração em separado, no domingo pela manhã, da Eucaristia católica e da Ceia do Senhor, depois de termos passado dois dias totalmente juntos, tem sido um momento de verdadeira dor que, cremos, o Espírito Santo tem convertido em clamor pelo dia almejado em que poderemos participar juntos da mesma Mesa. Todavia, essa consciência da unidade, que brota do solo da oração, permitiu a algumas comunidades evangélicas participantes dessa iniciativa superar barreiras e dar passos concretos na direção de nossos irmãos católicos. No caso específico da comunidade à qual sirvo como presbítero, a Comunidade Carisma, desde 2011 aceitamos como válido o batismo ministrado no âmbito da Igreja Católica, quando eventualmente recebemos como membro alguém vindo dessa tradição; e acho importante enfatizar que, nesse particular, tratamos as pessoas que vêm da Igreja Católica interessadas em se tornarem membros de nossa comunidade da mesma forma que tratamos os egressos de outras comunidades evangélicas: pedimos à pessoa que sonde, diante de Deus, se deve realmente deixar sua comunidade para fazer parte da nossa. No que estiver ao nosso alcance, desejamos cooperar para fortalecer as comunidades católicas da diocese de Osasco, onde estamos localizados, bem como as demais comunidades evangélicas de nossa cidade.

### **Maria, primeira discípula, ícone da Igreja e paradigma da unidade**

Encerro minha participação fazendo referência à figura de Maria, em torno da qual giram as palestras e meditações deste Congresso. Não pretendo fornecer um resumo das conversas, extremamente frutíferas, em torno da figura de Maria, que têm ocorrido no âmbito do movimento carismático; isso já foi feito pelo padre Marcial

Maçaneiro com enorme competência.<sup>8</sup> Vou me limitar a uma breve reflexão sobre como Maria pode nos incentivar no prosseguimento do diálogo ecumênico.

Começo sublinhando o fato de que, para vastos segmentos da tradição evangélico-reformada, a verdadeira compreensão católica acerca da Virgem Maria, como expressa nos documentos conciliares e na Exortação apostólica *Marialis cultus*, do papa Paulo VI, permanece desconhecida. Urge, portanto, falar de Maria, e fazê-lo na letra e no espírito desses documentos, para que essa incompreensão fundante se desfaça. Mas se há desconhecimento e incompreensão, ainda, do lado evangélico-reformado, é verdade também que do lado católico existem ainda deficiências em termos de catequese, que geram “olhares limitados sobre a pessoa de Maria, incapazes de perceber sua conexão com o mistério da salvação realizado por Jesus Cristo”.<sup>9</sup> Em ambos os lados, portanto, precisamos abandonar as zonas de conforto (seja a da permanência na incompreensão, seja a da inércia das devoções levadas a efeito sem maiores preocupações catequéticas) e proceder a uma catequese responsável em torno da figura de Maria.

“Primeira discípula” é uma designação luterana para Maria. Para o monge alemão, o caráter incomparável de Maria entre os seres humanos nunca foi colocado em dúvida. Mas a jovem Maria, que acolhe a Palavra de Deus no seu íntimo, tornando-se discípula dessa Palavra, pela ação conjunta do Espírito e da Palavra é tornada em ícone da Igreja. Como evangélico, não vejo problema algum em confessar que Maria é figura protológica da Igreja; não apenas faço isso como derivo, de Maria, inspiração e encorajamento para minha própria caminhada como discípulo.

A jovem Maria que acolhe a Palavra com seu “Sim!” (Lucas 1:38) é também a Maria questionadora (“Como é que vai ser isso?”, Lucas 1:34). Paradigma importante para um mundo que jamais conseguirá dizer “Sim!” a Deus sem apresentar a ele, primeiro, suas questões. Como ícone da Igreja que é gerada pela Palavra e pelo Espírito, Maria se realiza no serviço; na adoração contagiente; na profecia destemida; no testemunho ousado (ela permanece, com as outras mulheres e com o discípulo

---

<sup>8</sup> Marcial Maçaneiro, “Maria no diálogo ecumônico”. In Vv.AA. *Maria no Coração da Igreja: Múltiplos Olhares sobre a Mariologia*. São Paulo: Paulinas/União Marista do Brasil, 2011, pp. 141-187.

<sup>9</sup> Maçaneiro, op. cit., p. 144.

amado, aos pés da Cruz, cf. João 19:25-27). Maria, bem-aventurada, bendita entre as mulheres, em quem se operaram tamanhos prodígios, permanece também com a comunidade, humilde, atenta à doutrina dos apóstolos (Atos 1:14; 2:42).

Como Maria pode ser, para nós, paradigma de unidade? A atitude da primeira discípula, no ouvir e acolher a Palavra, no sondar reverentemente os propósitos de Deus, no cuidadoso guardar de todas as coisas no coração (ver Lucas 2:51), no permanecer aos pés da Cruz, é a atitude prototípica da Igreja orante. É para esse “lugar” que Maria nos chama. Orar pela unidade da Igreja é orar com Maria; é orar diante das chagas de seu Filho, pedindo ao Pai a cura completa das feridas que cobrem hoje o corpo de Cristo.

Para nós, evangélicos, Maria coloca o desafio do ser humano que assume em sua própria carne as dores da Igreja. Vamos segui-la nesse caminho? Vamos acompanhar com ela o sofrimento do Cristo, sofrimento de amor diante de um mundo desorientado, vamos com ela acolher em nossos braços o Cristo ferido pelas múltiplas divisões, ou vamos assumir a atitude oposta à de Maria, a atitude do traidor que lança Jesus nos braços de seus perseguidores? Vamos nos concentrar em velhos e estéreis debates ou vamos encontrar, em Maria, o padrão de comportamento que deve ser o nosso? Vamos aceitar o desafio de orar junto com Maria pela restauração da completa unidade entre os cristãos ou vamos continuar contribuindo para as discórdias?

Para vocês, irmãos e irmãs católicos, Maria coloca o desafio do não-isolamento. É fácil encerrar-se no círculo protetor da Igreja e das devoções marianas, esquecendo-se do chamado à unidade. Mas Maria nada sabia de isolamento. Desde seu “Sim!”, sua vida foi de completa e absoluta entrega: Maria vai, Maria serve, Maria proclama, mesmo sabendo que uma espada deverá traspassar seu próprio coração (Lucas 2:35). Lembremo-nos, queridos irmãos e irmãs, de que é impossível qualquer piedade mariana que não nos leve a orar e a trabalhar pela unidade completa e visível de todos os cristãos.